



[ENGLISH BELOW/ESPAÑOL ABAJO]

Nota Política da APIB sobre a Lei Europeia Anti Desmatamento (EUDR)

Brasília, 03 de julho de 2026

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização que representa nacional e internacionalmente mais de 300 povos indígenas de todas as regiões do Brasil, reafirma seu posicionamento em apoio à efetivação da implementação da Lei Europeia Anti Desmatamento (EUDR), cuja vigência está prevista para 30 de dezembro de 2026. Os sucessivos adiamentos da entrada em vigor da EUDR — inicialmente prevista para dezembro de 2024 e posteriormente adiada para 2025 e, agora, para 2026 — produzem graves consequências para os territórios indígenas e demais comunidades tradicionais no Brasil e no mundo. Nesse sentido, é urgente que os prazos sejam cumpridos e que a nova legislação entre em vigor o mais rápido possível, haja vista que se trata de um importante instrumento adicional de combate ao desmatamento, a perseguição e criminalização com viés político e, às constantes violações de direitos humanos que ocorrem em nossos territórios.

A EUDR representa um avanço normativo fundamental na medida em que atuará não só no combate ao desmatamento e degradação florestal global decorrentes da produção de commodities em grande escala para alimentar o mercado europeu, como também garante que os produtos tenham sido produzidos em conformidade com a legislação do país de origem (exigência de legalidade). A norma determina ainda que haja rastreabilidade e devida diligência dos produtos, o que gera um forte impacto nos modos de produção no Brasil.

No contexto do atual processo de negociação da EUDR pela União Europeia, é fundamental lembrar que esta norma constitui um instrumento central para a promoção do respeito aos direitos humanos, aos direitos dos povos indígenas e à proteção ambiental em escala global. Qualquer tentativa de flexibilização ou enfraquecimento de seus dispositivos representa um risco direto aos territórios, aos modos de vida indígenas e, principalmente, para o equilíbrio do clima global. Reiteramos que o couro oriundo de peles bovinas, pneus de borracha recauchutados, pneus maciços e semi-maciços, abas de pneus e livros, jornais e material impresso, bem como de ácidos graxos e derivados do óleo de palma deve ser mantido no regulamento, haja vista a sua relação direta com o desmatamento, o atual cenário de tentativas de flexibilização nas leis ambientais brasileiras e com a violação de direitos dos

povos indígenas. Tal brecha regulatória é inaceitável e expõe constantemente nossos povos à violência, destrói os biomas brasileiros e põe em risco a sobrevivência sociocultural e autonomia dos povos afetados.

No cenário político brasileiro, cumpre observar que a própria proximidade da aprovação da EUDR, somada ao recente acordo de parceria entre o Mercosul e a União Europeia está impulsionando um desmonte da legislação ambiental nacional por parte do Congresso Nacional. O novo Código Florestal brasileiro (Lei Federal n. 12.651/2012) promulgado em 2012 já havia trazido grande flexibilização para o setor e, recentemente, o licenciamento ambiental brasileiro foi fortemente enfraquecido com uma ampla mudança legislativa em 2025 (Lei Federal n. 15.190/2025), especialmente com a previsão de novos tipos de licenças ambientais: Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e Licença Ambiental Especial (LAE). Na prática, isso garante a concessão de licenças ambientais por autodeclaração dos empreendedores, com o mero preenchimento de informações técnicas no sistema, que emite automaticamente a licença ambiental. Para os projetos econômicos considerados estratégicos, foi previsto ainda um rito prioritário, com prazo máximo de 90 dias para análise por parte do órgão ambiental e de 12 meses para conclusão do licenciamento ambiental.

O prazo em questão é extremamente curto para a análise de projetos complexos, com forte impacto socioambiental e os órgãos ambientais brasileiros não possuem pessoal capacitado, verbas adequadas ou capacidade institucional para análise e fiscalização desses projetos, o que acaba por eximir os empreendedores de responsabilidade. Segundo dados do Atlas da Justiça Climática (2025)¹, somente 2,75% das multas aplicadas pelo IBAMA são efetivamente pagas, o que demonstra que a previsão normativa de responsabilização em caso de descumprimento de normas é totalmente ineficaz, garantindo uma verdadeira impunidade para os crimes cometidos. Os dados também apontam para o poder do setor agropecuário no Congresso brasileiro, com um crescimento de 70,9% de parlamentares que integram a Frente Parlamentar da Agropecuária entre 2011 e 2023, o que leva a um esvaziamento das normas ambientais que incidem sobre o setor.

Atualmente, estão em tramitação no Congresso Nacional diversos Projetos de Lei que visam fragilizar leis de proteção da vegetação nativa (PL 364/2019), proibir fiscalização remota de áreas desmatadas (PL 2.564/2025), vedar uso de dados compartilhados entre órgãos federais para análise de risco em operações de financiamento rural (PL 3.123/2025) e exigência de pareceres técnicos do Ministério da Agricultura para quaisquer atos em processos de licenciamento ambiental (PL 5.900/2025). Por outro lado, as verbas concedidas ao Ministério

¹ Atlas da Justiça Climática na América Latina e no Caribe do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas e do Observatório de Geopolítica y Transiciones Ecosociales (GeoEcos). 2025. Disponível em: <<https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=4584&c=1>>.

do Meio Ambiente (MMA) vem sendo sucessivamente reduzidas. Os projetos em questão demonstram a submissão da política ambiental brasileira aos interesses econômicos do setor agropecuário, com a permissão de concessão de créditos em áreas de desmatamento ilegal e em terras públicas griladas.

Diante desse trágico cenário de destruição da legislação ambiental brasileira nos últimos anos, a APIB entende que deveriam ser adotados os parâmetros legislativos da UE para concessão de conformidade legal dos produtos somada às legislações dos países de origem, e que o texto exija uma maior rastreabilidade dos produtos desde seu plantio até o consumo final demonstrando de onde saiu cada produto para que o consumidor saiba qual a origem dele. Caso contrário, a UE seguirá importando produtos vinculados ao desmatamento e oriundos da violência contra povos e comunidades tradicionais, sinalizando assim, sua deficiência na política internacional em legislar em defesa e compromisso aos direitos humanos e ambientais.

O enfraquecimento gradual da legislação, somado ao Acordo Mercosul–União Europeia e ao desmonte de mecanismos como a Moratória da Soja na Amazônia, demonstra a pressão política e econômica que os territórios indígenas vêm sofrendo, incentiva a expansão especulativa do agronegócio e amplia a invasão de terras indígenas cujo objetivo é aumentar cada vez mais as cadeias de produção para suprir as demandas do mercado europeu. Diante disso, reforçamos às instituições europeias e aos Estados-Membros sobre a importância da implementação integral da EUDR em 2026, sem novos adiamentos ou flexibilizações. Defendemos ainda a retomada das discussões para o retorno à norma dos itens removidos e manutenção das adições feitas (café solúvel, derivados de óleo de palma e línguas bovinas).

Em especial, considerando o poder político e econômico que o setor agropecuário exerce no Brasil, a APIB entende ser fundamental a retomada da inclusão expressa do couro na EUDR, material alvo de constantes denúncias da cadeia global de luxo² que alimenta a indústria da moda. Apesar de se tratar de um item derivado do gado bovino, ambos atingem setores produtivos diferentes, o que deixaria uma brecha regulatória perigosa. O Brasil é o terceiro maior exportador de couro industrializado do mundo, produção essa cuja grande parte é decorrente de animais criados em fazendas embargadas por violações ambientais e que ocuparam clandestinamente terras indígenas, sujeitando nossos povos a violências, invasões e destruição dos territórios tradicionais. É fundamental que seja exigida uma rastreabilidade integral do material para evitar a “lavagem” da origem. A brecha regulatória atual permite que animais de propriedades irregulares, associadas à áreas desmatadas sejam transferidos

2

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/06/24/couro-ilegal-da-amazonia-abastece-marcas-de-bolsas-luxuosas-mostra-estudo.ghtml>

para propriedades "limpas", especialmente no caso dos fornecedores indiretos. Assim, o material poderia ser exportado para a UE como “livre de desmatamento”, quando, na realidade, integra uma cadeia produtiva de destruição ambiental e violação de direitos indígenas.

Ademais, embora a EUDR exija o cumprimento das normas ambientais, trabalhistas e de direitos indígenas em toda a cadeia de produção, não está claro se isso se dá somente com relação aos produtos em questão ou aos modos de produção das empresas/produtores como um todo. De nada adianta importar um produto “livre de desmatamento” enquanto diversas empresas escondem seus crimes e fogem de suas responsabilidades a partir do fomento de uma produção baseada na “lavagem de commodities” em sua cadeia de produção. A APIB entende assim que a proibição de comercialização deve ser estendida à toda a cadeia de produção das empresas, garantindo transparência e a regularidade dos processos de licenciamento ambiental, consulta legítima a povos indígenas afetados por empreendimentos e ausência de conflitos fundiários em terras de produção das respectivas empresas como um todo e não apenas em determinados produtos.

Nesse sentido, é fundamental exigir rastreabilidade integral de toda a cadeia de produção, do produtor ao consumidor final, incluindo fazendas, unidades produtivas, frigoríficos, minas, portos, traders, fornecedores diretos e indiretos, transportadores, exportadores e compradores finais, com mecanismos verificáveis para garantir que produtos associados ao desmatamento, à grilagem, à invasão de terras indígenas ou à violação de direitos não acessem mercados internacionais.

É preciso ter em mente que o agronegócio segue sendo o principal motor de invasão de terras indígenas no Brasil. A pecuária responde por mais da metade da área total de terras indígenas invadidas pelo setor, seguida pela soja, revelando a ligação direta entre o comércio internacional de commodities, o desmatamento e as violações de direitos humanos. Em 2024, os conflitos relacionados a direitos territoriais somaram 154 registros em 114 Terras Indígenas de 19 estados, enquanto as invasões possessórias, a exploração ilegal de recursos naturais e outros danos ao patrimônio atingiram 159 Terras Indígenas em 21 estados do país (CIMI, 2025, p. 8)³.

A APIB alerta que a pressão sobre os territórios não se limita à Amazônia. O deslocamento do desmatamento e da expansão da fronteira agrícola para outros biomas, como Cerrado, Pantanal, Pampa e Caatinga, é uma realidade que os povos indígenas vêm denunciando há alguns anos. O Cerrado, por exemplo, vem registrando crescimento acelerado do

³ Relatório “*Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2024*” do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <[Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024](#)>.

desmatamento justamente em função da maior pressão exercida em defesa somente do bioma Amazônia. Essa dinâmica amplia conflitos territoriais, intensifica a violência e aprofunda a vulnerabilidade de povos indígenas que vivem em regiões historicamente marcadas pela expansão da soja, da pecuária, da mineração e de grandes projetos de infraestrutura.

Por essa razão, a APIB defende que a EUDR seja aplicada de forma ampla, abrangendo todos os biomas brasileiros e não apenas áreas florestais. É fundamental que a legislação considere todo o território nacional e não permita que a destruição apenas seja deslocada de um território para outro. Mesmo com o foco atual da lei restrito às áreas florestais, é essencial garantir a legalidade da ocupação, o respeito aos direitos humanos e a proteção dos territórios indígenas em todas as propriedades de origem das commodities, e não apenas naquelas associadas ao desmatamento recente. Também é necessário ampliar o escopo da regulamentação para incluir outras commodities, cadeias produtivas e minerais críticos, principalmente em um cenário de grande pressão às terras raras brasileiras para uma transição energética que já tem impactado negativamente os territórios indígenas.

Ademais, conforme ressaltado no estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2026, p. 51)⁴, a implementação da EUDR apresenta diversas dificuldades práticas que ainda precisam ser sanadas. Dentre elas, destaca-se (i) a complexidade regulatória decorrente da coexistência de regimes distintos para diferentes operadores, ampliando o risco de descumprimento da norma; (ii) a dificuldade de se garantir a rastreabilidade e coleta de informações, especialmente em cadeias longas e complexas e (iii) o conceito de “florestas” utilizado na EUDR precisa ser melhor delimitado haja vista que nem todas as formações do Cerrado, do Pantanal e da Caatinga se enquadram nessa definição, ocasionado incerteza sobre a aplicabilidade da norma aos casos concretos. Nesse sentido, é indispensável que os conceitos da norma sejam melhor definidos e que os países de origem adotem mecanismos efetivos de mapeamento e fiscalização de áreas desmatadas e de violações de direitos indígenas. Além disso, é imperioso que mecanismos de rastreabilidade sejam completos, transparentes e obrigatórios, garantindo efetividade no seu regulamento.

Não basta rastrear o desmatamento: é preciso garantir mecanismos que identifiquem e responsabilizem as empresas e financiadores envolvidos em ilegalidades e crimes como violações de direitos humanos, violência contra lideranças indígenas, invasão de territórios, trabalho precário, contaminação por agrotóxicos e destruição de modos de vida, em todas as áreas de origem dos produtos e, em todos os biomas, sem exceção. A APIB também defende que os sistemas de monitoramento e denúncia da EUDR contem com participação e consulta efetiva dos povos indígenas, com mecanismos transparentes, acessíveis, seguros e com

⁴ Ficha técnica : como cumprir a EUDR no Brasil. Paula Wojcikiewicz Almeida [et al.]. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2026. Disponível em: <<https://diretorio.fgv.br/publicacao/como-cumprir-eudr-no-brasil>>.

controle social. Nossos povos já realizam o monitoramento de seus territórios e precisam ser apoiados técnica e financeiramente para fortalecer sua capacidade de incidência e denúncia.

A APIB reconhece que o atual governo brasileiro tem promovido anúncios internacionais relacionados ao combate ao desmatamento, às mudanças climáticas e à proteção dos direitos indígenas. No entanto, esses compromissos precisam ser traduzidos em políticas internas concretas. Não haverá credibilidade internacional se o Brasil seguir permitindo a flexibilização do licenciamento ambiental, a legalização da mineração em terras indígenas, a abertura de novas fronteiras de petróleo e gás e o avanço de grandes empreendimentos sobre nossos territórios.

Diante desse cenário, a APIB reafirma seu apoio à EUDR e mas com sua implementação em sua totalidade, incluindo o couro entre seus produtos. Além disso, reforçamos a importância de uma revisão sobre os resultados e impactos da lei nas cadeias de produção, visando o aprimoramento da própria lei e inclusão de produtos que eventualmente não foram considerados no texto adotado. Defendemos um modelo de desenvolvimento baseado na defesa dos direitos humanos, na solidariedade entre os povos, na proteção dos territórios, da biodiversidade e do equilíbrio do clima.

Não existe justiça climática sem a demarcação e proteção integral dos territórios indígenas. Não existe desenvolvimento sustentável quando os povos são sacrificados em nome do lucro. Os direitos dos povos indígenas não são moeda de troca em negociações e operações comerciais.

A APIB segue mobilizada, denunciando e articulando alianças nacionais e internacionais para afirmar que os territórios indígenas são a linha de frente da defesa da vida, do clima e do futuro da humanidade, e não podem continuar sendo tratados como zonas de sacrifício.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

[ENGLISH]

APIB's Policy Statement on the European Union Deforestation Regulation (EUDR)

Brasilia, July 3, 2026

The Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB), an organization representing, both nationally and internationally, more than 300 Indigenous peoples from all regions of Brazil, reaffirms its support for the effective implementation of the European Deforestation Regulation (EUDR), which is scheduled to take effect on December 30, 2026. The successive postponements of the EUDR's entry into force — initially planned for December 2024, then delayed to 2025, and now to 2026 — have serious consequences for Indigenous territories and other traditional communities in Brazil and around the world. Therefore, it is urgent that the deadlines be met and the new legislation enter into force as soon as possible, given that it serves as a vital additional tool for combating deforestation, politically motivated persecution and criminalization, and the constant human rights violations occurring in our territories.

The EUDR represents a fundamental regulatory advancement; it not only addresses global deforestation and forest degradation driven by large-scale commodity production for the European market but also ensures that products are produced in compliance with the laws of the country of origin (a legality requirement). Furthermore, the regulation mandates product traceability and due diligence, which significantly impacts production methods in Brazil.

In the context of the European Union's ongoing negotiation process regarding the EUDR, it is crucial to recall that this regulation serves as a key instrument for promoting respect for human rights and the rights of Indigenous peoples, as well as for environmental protection on a global scale. Any attempt to relax or weaken its provisions poses a direct risk to Indigenous territories and ways of life, and, above all, to the global climate balance. We reiterate that products such as bovine leather, retreaded rubber tires, solid and semi-solid tires, tire flaps, books, newspapers, and printed matter, as well as fatty acids and palm oil derivatives, must remain within the scope of the regulation, given their direct link to deforestation, the current climate of attempts to weaken Brazilian environmental laws, and the violation of Indigenous peoples' rights. Such a regulatory loophole is unacceptable; it constantly exposes our peoples to violence, destroys Brazilian biomes, and jeopardizes the sociocultural survival and autonomy of the affected peoples.

Regarding the Brazilian political landscape, it is important to note that the imminent approval of the EUDR, combined with the recent partnership agreement between Mercosur and the European Union, is driving a dismantling of national environmental legislation by the National Congress. Brazil's new Forest Code (Federal Law No. 12.651/2012), enacted in 2012, had already introduced significant deregulation for the sector; more recently, the Brazilian environmental licensing system was severely weakened by sweeping legislative changes in 2025 (Federal Law No. 15.190/2025), particularly through the introduction of new types of environmental licenses: the License by Adherence and Commitment (LAC) and the Special Environmental License (LAE). In practice, this allows for the granting of environmental licenses based on self-declaration by project developers; the mere entry of technical information into the system triggers the automatic issuance of the environmental license. For economic projects deemed strategic, a priority procedure was also established, with a maximum timeframe of 90 days for review by the environmental agency and 12 months for the completion of environmental licensing.

The timeframe in question is extremely short for analyzing complex projects with significant socio-environmental impacts, and Brazilian environmental agencies lack the qualified personnel, adequate funding, or institutional capacity to analyze and monitor these projects, effectively absolving developers of responsibility. According to data from the Climate Justice Atlas (2025), only 2.75% of fines issued by the Brazilian Federal Environmental Agency (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources — IBAMA) are actually paid; this demonstrates that the regulatory framework for holding parties accountable for non-compliance is entirely ineffective, ensuring virtual impunity for the crimes committed. The data also highlight the power of the agribusiness sector within the Brazilian Congress, noting a 70.9% increase in the number of lawmakers belonging to the Parliamentary Front for Agriculture between 2011 and 2023 — a trend that leads to the erosion of environmental regulations governing the sector.

Currently, several bills are making their way through the National Congress that aim to weaken native vegetation protection laws (Bill 364/2019), ban remote monitoring of deforested areas (Bill 2.564/2025), prohibit the use of data shared between federal agencies for risk analysis in rural financing operations (Bill 3.123/2025), and mandate technical opinions from the Ministry of Agriculture for any actions within environmental licensing processes (Bill 5.900/2025). Meanwhile, the budget allocated to the Ministry of the Environment (MMA) has been repeatedly cut. These bills illustrate the subordination of Brazilian environmental policy to the economic interests of the agribusiness sector, enabling the granting of credit for activities in areas of illegal deforestation and on illegally seized public lands.

Faced with the tragic dismantling of Brazilian environmental legislation in recent years, APIB maintains that EU legislative parameters for product compliance — combined with the laws of the countries of origin — should be adopted. Furthermore, the text must require enhanced product traceability from planting to final consumption, clearly identifying the source of each product so consumers are aware of its origins. Otherwise, the EU will continue to import products linked to deforestation and violence against Indigenous peoples and traditional communities, thereby signaling a failure in its international policy to legislate in defense of, and with a commitment to, human and environmental rights.

The gradual weakening of legislation, compounded by the Mercosur-EU Agreement and the dismantling of mechanisms such as the Amazon Soy Moratorium, illustrates the political and economic pressure facing Indigenous territories; it fuels the speculative expansion of agribusiness and drives the invasion of Indigenous lands, all aimed at scaling up production chains to meet European market demand. In light of this, we urge European institutions and Member States to fully implement the EUDR by 2026, without further delays or the watering down of standards. We also advocate for resuming discussions to reinstate items previously removed from the regulation and to maintain the additions made (instant coffee, palm oil derivatives, and beef tongues).

In particular, given the political and economic power wielded by Brazil's agricultural sector, APIB considers it crucial to explicitly re-include leather in the EUDR—a material frequently cited in complaints regarding the global luxury supply chain that fuels the fashion industry⁵. Although leather is a cattle-derived product, it affects a different production sector than beef, and its exclusion would create a dangerous regulatory loophole. Brazil is the world's third-largest exporter of processed leather — production largely derived from animals raised on farms under embargo for environmental violations, which illegally occupied Indigenous lands, subjecting Indigenous peoples to violence, invasions, and the destruction of their traditional territories. Comprehensive traceability of the material is essential to prevent the "laundering" of its origin. Current regulatory loopholes allow animals from non-compliant properties linked to deforested areas to be transferred to "clean" properties — particularly in the case of indirect suppliers. Consequently, the material could be exported to the EU as "deforestation-free," when in reality, it is part of a supply chain rooted in environmental destruction and the violation of Indigenous rights.

5

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/06/24/couro-ilegal-da-amazonia-abastece-marcas-de-bolsas-luxuosas-mostra-estudo.ghtml>

Furthermore, although the EUDR requires compliance with environmental, labor, and Indigenous rights standards throughout the production chain, it remains unclear whether this applies solely to the specific products in question or to the production methods of the companies and producers as a whole. There is little benefit in importing a “deforestation-free” product if various companies conceal their crimes and evade their responsibilities by fostering production practices based on “commodity laundering” within their supply chains. APIB therefore maintains that the ban on commercialization must extend to the companies' entire production chains, ensuring transparency, the regularity of environmental licensing processes, legitimate consultation with Indigenous peoples affected by projects, and the absence of land conflicts on the lands used for production by these companies—covering the enterprise as a whole, rather than just specific products.

In this regard, it is essential to demand full traceability across the entire production chain—from producer to final consumer—encompassing farms, production units, slaughterhouses, mines, ports, traders, direct and indirect suppliers, transporters, exporters, and final buyers. Verifiable mechanisms must be in place to ensure that products linked to deforestation, land grabbing, the invasion of Indigenous territories, or rights violations do not reach international markets.

It must be borne in mind that agribusiness remains the primary driver of invasions into Indigenous lands in Brazil. Cattle ranching accounts for more than half of the total Indigenous land area invaded by the sector, followed by soy production; this reveals a direct link between the international commodity trade, deforestation, and human rights violations. In 2024, there were 154 recorded incidents of conflicts related to territorial rights across 114 Indigenous Territories in 19 states, while illegal land occupations, the illicit exploitation of natural resources, and other forms of damage to property affected 159 Indigenous Territories across 21 states (CIMI, 2025, p. 8)⁶. APIB warns that the pressure on territories is not limited to the Amazon. The shifting of deforestation and agricultural frontier expansion into other biomes — such as the Cerrado, Pantanal, Pampa, and Caatinga — is a reality that Indigenous peoples have been highlighting for years. The Cerrado, for instance, has seen a rapid rise in deforestation precisely because the focus of advocacy efforts has been concentrated almost exclusively on the Amazon biome. This dynamic exacerbates territorial conflicts, intensifies violence, and deepens the vulnerability of Indigenous peoples living in regions historically shaped by the expansion of soy farming, cattle ranching, mining, and large-scale infrastructure projects.

⁶ Report “*Violence Against Indigenous Peoples in Brazil – 2024 Data*” by the Missionary Council for Indigenous Peoples (CIMI). Available at: <[Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024](#)>.

For this reason, APIB advocates for the broad application of the EUDR, covering all Brazilian biomes rather than just forested areas. It is crucial that the legislation encompasses the entire national territory and prevents the destruction from simply shifting from one area to another. Even while the law's current focus remains restricted to forested areas, it is essential to ensure the legality of land use, respect for human rights, and the protection of Indigenous territories across all properties supplying these commodities, not merely those linked to recent deforestation. It is also necessary to expand the regulation's scope to include other commodities, supply chains, and critical minerals, particularly given the intense pressure on Brazil's rare earth resources to drive an energy transition that is already negatively impacting Indigenous territories.

Furthermore, as highlighted in the study by the Getulio Vargas Foundation (FGV) (2026, p. 51)⁷, the implementation of the EUDR presents several practical challenges that still need to be addressed. Notable among these are: (i) the regulatory complexity arising from the coexistence of distinct regimes for different operators, which increases the risk of non-compliance; (ii) the difficulty of ensuring traceability and data collection, particularly within long and complex supply chains; and (iii) the need to better define the concept of "forests" used in the EUDR, given that not all vegetation formations in the Cerrado, Pantanal, and Caatinga biomes fit this definition, thereby creating uncertainty regarding the regulation's applicability to specific cases. In this regard, it is essential that the regulation's concepts be clearly defined and that countries of origin adopt effective mechanisms for mapping and monitoring deforested areas and violations of Indigenous rights. Moreover, it is imperative that traceability mechanisms be comprehensive, transparent, and mandatory to ensure the regulation's effectiveness.

Merely tracking deforestation is insufficient; it is necessary to ensure mechanisms that identify and hold accountable the companies and financiers involved in illegal activities and crimes, such as human rights violations, violence against Indigenous leaders, territorial invasions, precarious labor conditions, pesticide contamination, and the destruction of ways of life across all product sourcing areas and biomes, without exception. APIB also advocates for the effective participation and consultation of Indigenous peoples in the EUDR's monitoring and reporting systems, supported by transparent, accessible, and secure mechanisms that allow for social oversight. Our peoples already monitor their own territories and require technical and financial support to strengthen their capacity for advocacy and reporting.

⁷ Fact sheet: How to comply with the EUDR in Brazil. Paula Wojcikiewicz Almeida [et al.]. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2026. Available at: <<https://diretorio.fgv.br/publicacao/como-cumprir-eudr-no-brasil>>.

APIB acknowledges that the current Brazilian government has made international announcements regarding the fight against deforestation and climate change, as well as the protection of Indigenous rights. However, these commitments must be translated into concrete domestic policies. Brazil will lack international credibility if it continues to allow the weakening of environmental licensing, the legalization of mining on Indigenous lands, the opening of new oil and gas frontiers, and the encroachment of large-scale projects upon our territories.

Given this scenario, APIB reaffirms its support for the EUDR, provided it is implemented in its entirety, including leather among the covered products. Furthermore, we emphasize the importance of reviewing the law's results and impacts on supply chains, aiming to improve the legislation itself and include products that may have been overlooked in the adopted text. We advocate for a development model rooted in the defense of human rights, solidarity among peoples, and the protection of territories, biodiversity, and climate balance.

There is no climate justice without the demarcation and full protection of Indigenous territories. There is no sustainable development when peoples are sacrificed in the name of profit. The rights of Indigenous peoples are not bargaining chips in commercial negotiations and operations.

APIB remains mobilized, raising awareness and forging national and international alliances to assert that Indigenous territories stand at the forefront of defending life, the climate, and humanity's future — and cannot continue to be treated as sacrifice zones.

Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB)

[ESPAÑOL]

Declaración de la APIB sobre el Reglamento de la Unión Europea sobre la deforestación (EUDR)

Brasilia, 3 de julio de 2026

La Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil (APIB), organización que representa a más de 300 pueblos indígenas de todas las regiones de Brasil, tanto a nivel nacional como internacional, reafirma su apoyo a la implementación efectiva de la Ley Europea contra la Deforestación (EUDR), cuya entrada en vigor está prevista para el 30 de diciembre de 2026. Los sucesivos aplazamientos de la entrada en vigor de la EUDR — inicialmente prevista para diciembre de 2024, posteriormente aplazada a 2025 y ahora a 2026 — tienen graves consecuencias para los territorios indígenas y otras comunidades tradicionales en Brasil y en todo el mundo. En este sentido, es urgente que se cumplan los plazos y que la nueva legislación entre en vigor lo antes posible, dado que constituye un importante instrumento adicional para combatir la deforestación, la persecución y criminalización por motivos políticos, y las constantes violaciones de los derechos humanos que se producen en nuestros territorios.

El Reglamento de la UE sobre Productos Básicos (EUDR) representa un avance regulatorio fundamental, ya que no solo combatirá la deforestación y la degradación forestal global derivadas de la producción a gran escala de materias primas para abastecer el mercado europeo, sino que también garantiza que los productos se hayan producido de conformidad con la legislación del país de origen (requisito de legalidad). La norma también establece la trazabilidad y la debida diligencia de los productos, lo que genera un fuerte impacto en los métodos de producción en Brasil.

En el contexto del actual proceso de negociación del EUDR por parte de la Unión Europea, es esencial recordar que esta norma constituye un instrumento fundamental para promover el respeto de los derechos humanos, los derechos de los pueblos indígenas y la protección del medio ambiente a escala global. Cualquier intento de flexibilizar o debilitar sus disposiciones representa un riesgo directo para los territorios, las formas de vida indígenas y, sobre todo, para el equilibrio climático global. Reiteramos que el cuero derivado de pieles bovinas, los neumáticos recauchutados, los neumáticos macizos y semimacizos, las tapas de neumáticos, los libros, periódicos y demás material impreso, así como los ácidos grasos y derivados del aceite de palma, deben permanecer en la regulación, dado su vínculo directo con la deforestación, el actual escenario de intentos por debilitar las leyes ambientales brasileñas y

la violación de los derechos de los pueblos indígenas. Esta laguna regulatoria es inaceptable y expone constantemente a nuestros pueblos a la violencia, destruye los biomas brasileños y pone en peligro la supervivencia sociocultural y la autonomía de los pueblos afectados.

En el panorama político brasileño, cabe destacar que la inminente aprobación del Reglamento sobre el Uso del Suelo de la UE (EUDR), junto con el reciente acuerdo de asociación entre Mercosur y la Unión Europea, está impulsando el desmantelamiento de la legislación ambiental nacional por parte del Congreso Nacional. El nuevo Código Forestal Brasileño (Ley Federal n.º 12.651/2012), promulgado en 2012, ya había aportado una flexibilidad significativa al sector, y recientemente, la concesión de licencias ambientales en Brasil se vio gravemente debilitada por una amplia reforma legislativa en 2025 (Ley Federal n.º 15.190/2025), especialmente con la introducción de nuevos tipos de licencias ambientales: Licencia por Adhesión y Compromiso (LAC) y Licencia Ambiental Especial (LAE). En la práctica, esto garantiza la concesión de licencias ambientales mediante la autodeclaración de los empresarios, con tan solo completar la información técnica en el sistema, que emite automáticamente la licencia ambiental. Para los proyectos económicos considerados estratégicos, se preveía un procedimiento prioritario, con un plazo máximo de 90 días para el análisis por parte de la agencia ambiental y 12 meses para la obtención de la licencia ambiental.

Este plazo resulta extremadamente corto para el análisis de proyectos complejos con un fuerte impacto socioambiental, y las agencias ambientales brasileñas carecen de personal cualificado, fondos suficientes y capacidad institucional para analizar y supervisar estos proyectos, lo que termina eximiendo de responsabilidad a los empresarios. Según datos del Atlas de Justicia Climática (2025), solo el 2,75 % de las multas impuestas por la IBAMA se pagan efectivamente, lo que demuestra la total ineficacia de la normativa que garantiza la rendición de cuentas en caso de incumplimiento, asegurando así la impunidad de los delitos cometidos. Los datos también evidencian el poder del sector agrícola en el Congreso brasileño, con un crecimiento del 70,9 % en el número de parlamentarios pertenecientes al Frente Parlamentario Agrícola entre 2011 y 2023, lo que conlleva un debilitamiento de la normativa ambiental que afecta al sector.

Actualmente, se están tramitando en el Congreso Nacional varios proyectos de ley que buscan debilitar las leyes de protección de la vegetación nativa (PL 364/2019), prohibir el monitoreo remoto de áreas deforestadas (PL 2.564/2025), prohibir el uso de datos compartidos entre agencias federales para el análisis de riesgos en operaciones de financiamiento rural (PL 3.123/2025) y exigir dictámenes técnicos del Ministerio de Agricultura para cualquier acto en los procesos de licenciamiento ambiental (PL 5.900/2025). Por otro lado, los fondos otorgados al Ministerio de Medio Ambiente (MMA) se han

reducido progresivamente. Los proyectos en cuestión evidencian la subordinación de la política ambiental brasileña a los intereses económicos del sector agrícola, al permitir el otorgamiento de créditos en áreas de deforestación ilegal y en tierras públicas ocupadas ilegalmente.

Ante este trágico escenario de la destrucción de la legislación ambiental brasileña en los últimos años, APIB considera que deberían adoptarse parámetros legislativos de la UE para garantizar la conformidad legal de los productos, además de la legislación de los países de origen, y que el texto debería exigir una mayor trazabilidad de los productos desde la siembra hasta el consumo final, demostrando su procedencia para que el consumidor conozca su origen. De lo contrario, la UE seguirá importando productos vinculados a la deforestación y derivados de la violencia contra los pueblos y comunidades tradicionales, evidenciando así su deficiencia en política internacional en materia de legislación para la defensa y el compromiso con los derechos humanos y ambientales.

El debilitamiento gradual de la legislación, junto con el Acuerdo Mercosur-Unión Europea y el desmantelamiento de mecanismos como la Moratoria de la Soja en la Amazonía, demuestra la presión política y económica que sufren los territorios indígenas, fomenta la expansión especulativa de la agroindustria e incrementa la invasión de tierras indígenas con el objetivo de ampliar aún más las cadenas de producción para satisfacer las demandas del mercado europeo. Ante esta situación, reiteramos a las instituciones europeas y a los Estados miembros la importancia de la plena aplicación del Reglamento sobre Productos Agrícolas de la UE (EUDR) en 2026, sin más demoras ni flexibilidades. Asimismo, abogamos por la reanudación de las conversaciones para reincorporar los productos eliminados y mantener los añadidos (café soluble, derivados del aceite de palma y lenguas bovinas).

En particular, considerando el poder político y económico que ejerce el sector agrícola en Brasil, APIB considera esencial retomar la inclusión expresa del cuero en el Reglamento UE sobre productos de la piel, un material que es objeto de constantes quejas por parte de la cadena de lujo global que abastece a la industria de la moda⁸. Si bien se trata de un producto derivado del ganado, ambos afectan a sectores productivos diferentes, lo que dejaría una peligrosa laguna regulatoria. Brasil es el tercer mayor exportador mundial de cuero procesado, gran parte del cual proviene de animales criados en granjas embargadas por violaciones ambientales y que han ocupado clandestinamente tierras indígenas, sometiendo a nuestros pueblos a violencia, invasiones y destrucción de territorios tradicionales. Es fundamental exigir la trazabilidad completa del material para evitar el blanqueo de su origen.

8

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/06/24/couro-ilegal-da-amazonia-abastece-marcas-de-bolsas-luxosas-mostra-estudo.ghtml>

La laguna normativa actual permite que animales procedentes de explotaciones irregulares, asociadas a zonas deforestadas, se trasladen a explotaciones consideradas «limpias», sobre todo en el caso de proveedores indirectos. De este modo, el material podría exportarse a la UE como «libre de deforestación», cuando en realidad forma parte de una cadena de producción que genera destrucción ambiental y violación de los derechos de los pueblos indígenas.

Además, si bien el Reglamento de la UE sobre el cuero (EUDR) exige el cumplimiento de las normas ambientales, laborales y de derechos indígenas a lo largo de toda la cadena de producción, no está claro si esto se aplica únicamente a los productos en cuestión o a los métodos de producción de las empresas/productores en su conjunto. Resulta inútil importar un producto «libre de deforestación» mientras varias empresas ocultan sus crímenes y evaden sus responsabilidades promoviendo la producción mediante el blanqueo de capitales en su cadena de producción. Por ello, APIB entiende que la prohibición de comercialización debe extenderse a toda la cadena de producción de las empresas, garantizando la transparencia y la regularidad en los procesos de licenciamiento ambiental, la consulta legítima con los pueblos indígenas afectados por los proyectos y la ausencia de conflictos territoriales en las tierras de producción de las respectivas empresas en su conjunto, y no solo en productos específicos.

En este sentido, es fundamental exigir la trazabilidad completa de toda la cadena de producción, desde el productor hasta el consumidor final, incluyendo fincas, unidades de producción, mataderos, minas, puertos, comerciantes, proveedores directos e indirectos, transportistas, exportadores y compradores finales, con mecanismos verificables que aseguren que los productos asociados a la deforestación, el acaparamiento de tierras, la invasión de tierras indígenas o la violación de derechos no accedan a los mercados internacionales.

Es importante tener presente que la agroindustria sigue siendo el principal motor de la invasión de tierras indígenas en Brasil. La ganadería representa más de la mitad de la superficie total de tierras indígenas invadidas por este sector, seguida por el cultivo de soja, lo que evidencia el vínculo directo entre el comercio internacional de productos básicos, la deforestación y las violaciones de derechos humanos. En 2024, los conflictos relacionados con derechos territoriales sumaron 154 casos en 114 tierras indígenas de 19 estados, mientras que las invasiones de tierras, la explotación ilegal de recursos naturales y otros daños a la propiedad afectaron 159 tierras indígenas en 21 estados del país (CIMI, 2025, p. 8)⁹.

⁹ Relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados de 2024” del Consejo Indigenista Misionário (CIMI). Disponible en: <[Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2024](#)>.

El APIB advierte que la presión sobre los territorios no se limita a la Amazonía. El desplazamiento de la deforestación y la expansión de la frontera agrícola a otros biomas, como el Cerrado, el Pantanal, la Pampa y la Caatinga, es una realidad que los pueblos indígenas denuncian desde hace años. El Cerrado, por ejemplo, ha registrado un crecimiento acelerado de la deforestación precisamente debido a la mayor presión ejercida en defensa del bioma amazónico. Esta dinámica amplifica los conflictos territoriales, intensifica la violencia y profundiza la vulnerabilidad de los pueblos indígenas que habitan regiones históricamente marcadas por la expansión de la soya, la ganadería, la minería y los grandes proyectos de infraestructura.

Por esta razón, APIB aboga por la aplicación amplia del Reglamento sobre la Deforestación de la UE (EUDR, por sus siglas en inglés), que abarque todos los biomas brasileños y no solo las áreas forestales. Es fundamental que la legislación considere toda la vegetación nativa y no permita que la destrucción simplemente se traslade de un territorio a otro. Aun con el enfoque actual de la ley restringido a las áreas forestales, es esencial garantizar la legalidad de la ocupación, el respeto de los derechos humanos y la protección de los territorios indígenas en todas las propiedades de origen de las materias primas, y no solo en aquellas asociadas con la deforestación reciente. También es necesario ampliar el alcance de la regulación para incluir otras materias primas, cadenas de producción y minerales, como el oro, además de fortalecer los mecanismos de trazabilidad capaces de identificar toda la cadena de producción, hasta las fincas y empresas de origen.

Además, como se destaca en el estudio de la Fundación Getúlio Vargas (FGV, 2026, p. 51)¹⁰, la implementación del EUDR presenta varias dificultades prácticas que aún deben abordarse. Entre ellas, sobresalen las siguientes: (i) la complejidad regulatoria derivada de la coexistencia de diferentes regímenes para distintos operadores, lo que incrementa el riesgo de incumplimiento de la norma; (ii) la dificultad para garantizar la trazabilidad y la recopilación de datos, especialmente en cadenas de suministro largas y complejas; y (iii) la necesidad de definir mejor el concepto de «bosques» utilizado en el EUDR, dado que no todas las formaciones de los biomas Cerrado, Pantanal y Caatinga se ajustan a esta definición, lo que genera incertidumbre sobre la aplicabilidad de la norma a casos específicos. En este sentido, es fundamental que se definan mejor los conceptos de la norma y que los países de origen adopten mecanismos eficaces para el mapeo y el monitoreo de las áreas deforestadas y las violaciones de los derechos indígenas. Asimismo, es imperativo que los mecanismos de trazabilidad sean integrales, transparentes y obligatorios, garantizando así la efectividad de su regulación.

¹⁰ Ficha técnica: como cumplir a EUDR no Brasil. Paula Wojcikiewicz Almeida [et al.]. Río de Janeiro: FGV Direito Rio, 2026. Disponible en: <<https://direitorio.fgv.br/publicacao/como-cumprir-eudr-no-brasil>>.

No basta con monitorear la deforestación: es necesario garantizar mecanismos que identifiquen y responsabilicen a las empresas y financiadores involucrados en ilegalidades y delitos como violaciones de derechos humanos, violencia contra líderes indígenas, invasión de territorios, trabajo precario, contaminación por plaguicidas y destrucción de formas de vida, en todas las áreas de origen de los productos y en todos los biomas, sin excepción. La APIB también aboga por que los sistemas de monitoreo y reporte del EUDR incluyan la participación y consulta efectiva de los pueblos indígenas, con mecanismos transparentes, accesibles y seguros, y control social. Nuestros pueblos ya monitorean sus territorios y necesitan apoyo técnico y financiero para fortalecer su capacidad de incidencia y reporte.

La APIB reconoce que el actual gobierno brasileño ha promovido anuncios internacionales relacionados con la lucha contra la deforestación, el cambio climático y la protección de los derechos indígenas. Sin embargo, estos compromisos deben traducirse en políticas nacionales concretas. No habrá credibilidad internacional si Brasil continúa permitiendo la flexibilización de las licencias ambientales, la legalización de la minería en tierras indígenas, la apertura de nuevas fronteras de petróleo y gas y el avance de proyectos a gran escala en nuestros territorios.

Ante este panorama, APIB reafirma su apoyo al Reglamento Europeo de Desarrollo Regional (EUDR) y su plena implementación, incluyendo el cuero entre sus productos. Asimismo, recalcamos la importancia de revisar los resultados y el impacto de la ley en las cadenas de producción, con el fin de mejorarla e incluir productos que no se hayan contemplado en el texto adoptado. Defendemos un modelo de desarrollo basado en la defensa de los derechos humanos, la solidaridad entre los pueblos, la protección de los territorios, la biodiversidad y el equilibrio climático.

No hay justicia climática sin la demarcación y la plena protección de los territorios indígenas. No hay desarrollo sostenible cuando se sacrifica a los pueblos en nombre del lucro. Los derechos de los pueblos indígenas no son moneda de cambio en negociaciones ni operaciones comerciales.

APIB se mantiene movilizada, denunciando y forjando alianzas nacionales e internacionales para afirmar que los territorios indígenas son la primera línea en la defensa de la vida, el clima y el futuro de la humanidad, y no pueden seguir siendo tratados como zonas de sacrificio.

Articulación de los Pueblos Indígenas de Brasil (APIB)